

A História do Ceará

Plano para a sua elaboração

Em memorável sessão do INSTITUTO, no fim de 1938, ficou definitivamente assentado que esta velha sociedade cultural tomaria a si o grave e sério encargo de escrever e editar uma HISTÓRIA DO CEARÁ. Cada consócio ficaria responsável por uma ou duas monografias das 26 que comporiam a obra, cujo plano fora naquela ocasião discutido e aprovado.

Desde então, porém, o quadro social experimentou sensíveis modificações; foi acrescido, recomposto e integrado. Consequentemente, a distribuição dos trabalhos ficou alterada e pede adequada reconstituição. Pareceu oportuno voltarmos agora ao notável empreendimento, rever o arranjo e o inventário da matéria e acertar as providências preliminares, tendentes á execução prática da obra.

Sem dúvida, é conveniente lembrar as ideias que orientaram a organização do programa e devem presidir á dos trabalhos. Porém, antes disto, cumpre responder áqueles que, por ventura, indaguem o motivo por que nos vamos entregar a tão rude e pesada empresa. Que utilidade prática, próxima ou remota, poderá advir dêste trabalho?

De certo, não é o prazer de dar pábulo farto á fome de saber, como em toda gente, em nós também inata, nem tão pouco esta outra inefável satisfação de nos sentirmos ligados ao que foi e ao que será, a razão crucial do empreendimento. Em verdade, tais estímulos não são imponderáveis, mas, evidentemente, nas circunstancias presentes, não bastariam á explicação. Há qualquer cousa de mais transcendental, de maior interesse colectivo.

Sabemos bem que a História, como se costumava fazer, como se faz geralmente, mesmo nos nossos dias, não é e nem pode ser essa apregoada *mestra das nações* e muito menos aquela *vitae magistra* dos antigos.

Está claro, entretanto, que sonhamos com este espírito de previsão, diploma ou certificado de ciência passado á História. Portanto, em parte ao menos deixaremos a norma comum, útil e até necessária, quando exacta, mas, para nós insuficiente. É que a nossa percepção se alonga e sentimos que dentro da sombria confusão actual, o conhecimento concatenado, conexo e científico do passado pode lançar alguma claridade percuciente; permitir uma melhor e mais eficiente compreensão do presente; e, conse-

quentemente, levar a um comportamento mais justo e mais certo, mais compatível com a natureza humana.

A história é disciplina muito complexa e visceralmente dependente de muitas outras ciências. Por isto mesmo, sómente agora se vai organizando depois que estas o conseguiram; as suas lacunas e fraquezas ainda provêm delas. Mas, embora sejam ainda grandes as falhas existentes, estamos capacitados de que, se muitos factos sugestivos do passado fossem suficientemente divulgados, explicados e sábiamente comentados para que encontrassem eco na consciência popular, fatalmente influenciariam na orientação adequada dos acontecimentos, abrindo ás gerações futuras um horizonte menos turvo do que o actual.

Certamente, a acção dos homens é limitada pelas possibilidades mesológicas, mas mesmo assim, a sua contribuição intrínseca na história não se deve considerar desprezível; e se essa contribuição for movida um pouco mais conscientemente do que tem sido, se deixar o inferior empirismo que até o presente a tem caracterizado, tornar-se-á seguramente muito mais valiosa, muito mais determinativa. Ora, esta desoladora rotina é sobretudo nociva no campo onde mais devera não existir na política. Róbinson fez nortar recentemente que o elevado apuro de observação aplicado ao conhecimento dos negócios humanos não o é em política. O mecanico, ao perquirir os defeitos do seu automóvel, pensa cientificamente; aplica conhecimentos positivos, seguros, adequados, e conserta a máquina, correctamente. Um senador americano dos nossos dias, diz o publicista, mostra-se frequentemente sem nenhuma ideia da natureza e funcionamento das nações. Firma-se na retórica e apela para vagos temores ou esperanças, ou para animosidades partidárias.

Não sabe aplicar ao desconcerto da nação nenhum conhecimento cientificamente útil, positivo, seguro. Esta verdade é universal e aplica-se a qualquer país, mesmo áqueles que nos parecem modelarmente conduzidos. Ora, a história é a mais copiosa fonte de informações políticas.

A salutar e doce esperança de contribuirmos positivamente para esclarecer um pouco o nosso espírito e em geral o da nossa gente com a luz do passado e deste modo levarmos o nosso grão de areia para o edificio da felicidade do mundo, parece ser mui verossimilmente o nosso melhor e mais vigoroso móvel nesta cruzada cultural. Quem não se beneficia a muitos beneficiando? Podemos mesmo encarar a questão por um prisma mais egoístico: toda a benéfica contribuição, que por ventura possamos levar ás gerações futuras, incidirão sobre os nossos filhos, sobre os nossos directos descendentes, e isto é, indubitavelmente, muito consolador e muito compensador.

Evidentemente, a compreensão necessária do mundo depende dos conhecimentos exactos, minuciosos, coordenados e sistemáticos das acções dos homens relacionados com os seus respectivos meios físico e social, através do tempo, e este conhecimento só nos pode ser ministrado pela história. Não por aquella história desarticulada que nada explica ou sugere, mas por uma história verdadeiramente certa, cientificamente ordenada, uma história que se não confunda com a sociologia, como é tão comum, mas que, nesta como em todas as grandes disciplinas do conhecimento humano actual vá buscar auxílio eficaz e apoio sólido.

Por isto, os nossos trabalhos se não devem sujeitar ás correntes sis-

tematizadas que têm guiado os historiadores dos nossos dias. Há de ser a nossa história ao mesmo tempo narrativa, pragmática e genética. Embora nos acerquemos mais dos princípios norteadores da Escola que se chama THE NEW HISTORY, trilharemos caminho mais compatível com as circunstâncias que nos são próprias; queremos um adequado arranjo entre a análise, as pesquisas fragmentárias e profundas dos factos, e a síntese — construtora e panorâmica. Nos criadores e seguidores desta escola, que representa sem dúvida um grande e sério esforço de organização, percebemos nociva e insuportável indiferenciação dos campos social e histórico.

Procuraremos evitar este mal. Adiante veremos como nos aproximar e como nos distanciar das regras norteadoras desta escola.

Imperiosamente, porém, teremos de rejeitar completamente outros aspectos sistemáticos, tão comuns em os nossos dias, mas cuja nocividade ressalta intuitiva a todo espírito ponderado. A escola que Huizinger chamou de *História Perfumada*, organizada com a intenção mais de proporcionar ao leitor fugaz deleite, que de investigar seriamente os fenómenos e esta outra, ainda mais despresível, que nasceu para justificar e tornar sedutor o Marxismo, e agora se expande assustadoramente, aplicada a novas e absurdas ideologias económicas ou políticas, constituem formas perigosas, com que se viciam ou mistificam acontecimentos importantes do passado, e, portanto, impossibilitam a conexão necessária e lógica dos fenómenos históricos. Só este facto basta para que repudiemos tais métodos de fazer história; não conduziriam ao nosso objectivo.

Então, o que devemos querer?

Pretende-se, digamos sumariamente, em primeiro lugar, codificar todos os conhecimentos relativos á história cearense, muitos dos quais andam por aí dispersos, sendo que alguns se tornam cada dia de mais difícil e trabalhosa consulta. Em segundo lugar, enriquecer este acervo com novos elementos, factos inéditos, mediante investigações pessoais que levaremos a cabo de hoje em diante. E' necessário apertar os elos da corrente. Parece lógico que isto não basta, e nem nos satisfaz. Queremos evitar obra puramente mecânica, secamente material e, portanto, impositiva. Importa dar ao trabalho a marca do INSTITUTO, o cunho próprio da época e da cultura moderna e o estigma pessoal de cada colaborador.

Sobre este aspecto particular, desejaria dizer algumas palavras, talvez um tanto pretenciosas, mas escudadas numa boa intenção e sob a égide do cargo que me conferiram nesta casa. Todavia, as ideias respectivas devem ser aqui discutidas e aprovadas ou não, conforme o critério colectivo. Peço, pois aos ilustres e prezados companheiros queiram ter a bondade de anotar os pontos sobre que discordam e que reclamam correcção, afim de que, oportunamente, sejam ventilados, discutidos ou explicados e, deste modo, se conformem ao pensamento geral ou dominante entre nós. O objectivo em mira requer completa harmonia de vistas, condição importante para o êxito do empreendimento.

Parece não comportar controvérsia a necessidade de dar ao trabalho de cada um directrizes que levem ao conjunto da obra certos traços gerais uniformes, uma estrutura homogénea e harmónica.

Esta exigência resulta naturalmente da variedade dos assuntos que se prestam a mil diversões e da multiplicidade dos autores num trabalho em

que, conquanto discreta, reponta a responsabilidade colectiva e tradicional do INSTITUTO.

E isto é tanto mais digno de atenção, quanto é certo que a psicologia nos ensina que a ideia de uma mesma coisa difere em cada pessoa que observa esta coisa; cada um vê mais ou menos diferentemente o mesmo objecto. A razão é que as percepções são diferentes entre as pessoas e numa mesma variam com certas circunstancias de meio interno.

Os mais conspícuos historiadores não se puderam livrar destes percalços, e descreveram de modos diversos os mesmos factos que testemunharam. A situação piora quando se consideram factos através das observações de outros ou de documentos históricos, monumentos, etc., salvo os casos de cópias servis.

Devidamente prevenidos, é de crer possamos, dentro de certos limites, afastar do nosso trabalho tais inconvenientes e de alguma forma corrigir estas fraquezas de percepção.

Se não aceitarmos regras práticas de orientação comum, ficaremos expostos ao perigo de arquitetar um edificio sem estilo, um conjunto desarticulado, um producto indisciplinado e irreductível áquela superior unidade que caracteriza e valoriza as obras colectivas bem planejadas.

Não importa ao INSTITUTO, nesta conjuntura, uma informe mistura de livraria, evidentemente, de apreciação defeituosa, reduzida, mercê das repetições desnecessárias e fatigantes, de contrariedades que impressionam mal e de um inevitável desperdício de energias.

De certo, não se pretende eliminar a característica pessoal dos colaboradores, pois, há toda conveniência em que cada um deixe bem assinalados no seu trabalho os traços essenciais e específicos da própria personalidade, do seu temperamento e perfil psíquico. Realmente, só deste jeito se consegue incontestável sinal de honestidade e uma marca inconfundível e necessária de autenticidade, cousas que interessam primordialmente á conhecida idoneidade moral do INSTITUTO.

Mas, aquella orientação comum, reduzida ao estritamente preciso, que deve imprimir vigor e especificar o conjunto, exprimirá a profundidade da nossa visão quando considerarmos a perfeição da obra.

E' claro que uma estrutura geral bem urdida, facilmente bem definida e suficientemente bem expressiva do conjunto não pode colidir com a expressão individual das monografias, e, muito menos, se opor a elas.

Pelo contrário, evidentemente, estes atributos emprestam aos elementos componentes maior brilho, beleza e especialmente maior interesse práctico, por isto que todo trabalho rigorosamente disciplinado revela um esforço especial e positivo no sentido de um ideal colectivo, e, nestas condições, adquire, geralmente, assinalado valor artistico.

Isto posto, compreende-se então que o plano fundamental exige uma explicação que permita a cada colaborador dirigir facilmente:

1.º — os seus esforços de pesquisas; 2.º — a coordenação dos novos elementos, por ventura coligidos; 3.º — os seus comentários e apreciações; 4.º — as suas hipóteses; 5.º — a disposição da matéria, e finalmente, 6.º — a exposição e redacção, de modo que o trabalho se revele sistematicamente bem propocionado dentro dos seus limites e ajustado ao conjunto que se deve apresentar, tanto quanto possível, sincrética e equilibradamente constituído.

Passaremos agora às sugestões com que pensamos poder colaborar na estruturação da obra.

Enquanto a sociologia estuda os factores de coesão humana, a história perquire as perturbações anormais desses factores, motivo essencial e mais remoto do fenómeno característico da disciplina.

Daqui tiramos uma indicação útil: sabemos distinguir o facto social do histórico e, portanto, podemos evitar a malfadada confusão entre eles, com vantagens para a boa compreensão da matéria que se objectiva. Todo acontecimento histórico é social; mas, a recíproca pode não ser verdadeira.

Na consecução de um facto histórico associam-se os seguintes factores que cumpre sejam atentamente examinados e ponderados em cada caso: Cósmicos ou geográficos, isto é, o meio físico;

Humanos ou fisio-psíquicos, compreendendo as necessidades, as paixões, as ideias, opiniões e interesses;

Sociais, derivados do meio social, inclusive a tradição histórica.

Cada um destes factores é, por sua vez, função de muitas variáveis independentes, algumas ou mesmo muitas das quais não podem ser determinadas ou reveladas no estado actual dos nossos conhecimentos ou por falência de dados; mas nem por isto desanimaremos. Servir-nos-emos das variáveis conhecidas, depois de um bem orientado esforço para apreender o maior número delas, e assim teremos, não resultados matematicamente certos, porém aproximados, geralmente suficientes aos nossos propósitos.

Consequentemente, a explicação que daremos dos fenómenos, cuja sequência constitui a nossa história, será a determinação, tão completa como possível, das variáveis de que cada um depende.

Voltando ao caso especial, objecto destas notas, cumpre observar, preliminarmente, que qualquer indagação histórica repousa, concretamente, na base geográfica, pelo que havemos de estudar, em todos os casos, o meio cósmico dentro do qual nasceu e evoluiu o fenómeno histórico que se considera. Em seguida, há que verificar o valor da comparticipação deste meio, investigando profundamente as suas possíveis influências, com bem equilibrado senso crítico. Convém, todavia, ater-se dentro de justos limites e procurar evitar o exagerado condicionamento da História à Geografia, como fizeram ilustres mestres, com grande mas inútil esforço de inteligência. Porém, assim como se torna preciso fugir do unilateralismo cósmico, importa, com redobrado cuidado, não se deixar dominar pela ideia, geralmente muito sedutora, de que o homem, e particularmente as suas acções, são independentes do meio físico, atribuindo-se-lhes a consequência ora do espírito, ora da raça.

Nem só com Taine, Buckle ou Freeman, nem só com Kant, Hegel ou Spengler e nem só com Gobineau, Gumplowicz ou Schaeffle teremos de percorrer o nosso passado. Fá-lo-emos, porém, na companhia de todos eles e de outros mais, aprendendo com cada um sómente o que nos pode licita e correctamente ensinar. Em história como em sociologia não é possível aceitar explicações unilaterais, simplistas, incompletas ou tendenciosas.

Dizer o que um dado fenómeno histórico deve, na sua fase embrionária e no seu processo ulterior, ao meio físico, representa pois tarefa imperiosa que solicita toda a nossa atenção e toda a nossa boa vontade. Importa procurar a todo custo o que corresponde em quantidade e em qualidade aos factores cooperantes, e, se isto não for possível, tentar a

maior aproximação, compatível com as circunstâncias, após cuidadoso e exaustivo exame.

O meio físico é certamente uma das grandes funções de muitas variáveis independentes que condicionam a história; entretanto, não é a mais complexa e obscura. As variáveis, ordinariamente, se revelam com clareza e em número suficiente para que o nexos causal ofereça uma aproximação satisfatória. É o palco onde se desenrola o drama, o ambiente onde respiram os comparsas, o reservatório de onde os artistas tiram o alimento que os nutre e a matéria que apropriam ao seu conforto e ao seu trabalho; é o espaço dentro do qual orientam estas personagens as suas actividades materiais e um pouco das suas aspirações. Do meio cósmico aufero o homem certa firmeza para agir e tira o sentido, a extensidade, a intensidade e parte da qualidade das suas mais importantes acções. Agente fornecedor e mantenedor de energias, é também, em parte considerável, o regulador delas. O próprio espírito não escapa de todo ás influências da natureza.

Vê-se por esta simples enumeração quanto a sociologia e principalmente a história não se podem furtar aos insidiosos agentes fisiográficos que lhes estão a todo instante ditando uma orientação, uma possibilidade ou impondo uma impossibilidade. Tracta-se de determinismo fatal, lógico, explicável. Por isto mesmo, é indispensável apreender bem a natureza deste determinante. Não existe e não pode existir fenómeno social ou histórico que se não processe num espaço geográfico; e este fenómeno, desde que se inicia e durante todo o seu desenvolvimento, está em contacto directo com a ambiência cósmica; portanto, experimenta continuamente as suas contigências. Em primeiro lugar, o fenómeno que estava em potencial, predeterminado por uma ideia, por uma necessidade de ordem colectiva ou por qualquer outro agente genético de carácter humano, sómente surgirá e se manifestará perceptivelmente, se o meio físico permitir, isto é, se este meio não contém certos elementos de simetria incompatíveis com a simetria característica do fenómeno. E, uma vez patenteado, o seu processo evolutivo seguirá a orientação e o sentido traçados pelas possibilidades impostas pelo meio geográfico, dentro de uma faixa de tolerância mais ou menos larga, desenvolver-se-á com maior ou menor intensidade, com maior ou menor amplitude, de acordo com as energias e o material que este meio lhe possa dispensar. Não há, pois, uma inquebrantável rigidez, porém, apenas acções que se podem desenrolar por caminhos diversos, traçados no espaço compreendido entre duas paralelas mais ou menos afastadas que cumpre não sejam transpostas. As propriedades morfogénicas do ambiente físico concorrem sensivelmente para imprimir ao fenómeno histórico o seu aspecto característico.

Na análise de um facto histórico, os determinantes físicos, ordinariamente, ressaltam, á primeira indagação séria e sistemática, de modo suficiente, o que permite muita vez avaliar, por diferença, a importancia dos outros agentes cooperantes.

A energia social ou a energia especificamente histórica oferecem estreitas relações com o meio geográfico, e tais revelações devemos apreender interessadamente por isto que da sua ignorancia resulta uma errónea visão dos factos ou absoluta impossibilidade de explicá-los completa e racionalmente.

Esta ignorancia é a responsável pelos acontecimentos misteriosos que, a cada momento, embargam o passo do historiador ou o conduzem por invias e ásperas veredas.

Parece interessante ainda lembrar que o meio físico ou o meio social não são homogêneos ou isotrópos; na indagação das causas dos fenómenos que se operam no interior de tais ambiências, devemos atender, pois, a uma consequência desta circunstancia; nem sempre das *mesmas causas* saem os mesmos efeitos. A recíproca é mais rigorosamente verdadeira; a observação vulgar mostra que raramente os mesmos efeitos resultam das mesmas causas. Aliás, a noção de *mesmas causas* já hoje se afasta muito do espírito científico. Deixaremos á margem preocupações desta espécie; a interdependência dos fenómenos em história é enorme, ampla e intrincada, pelo que a ideia de função, ao jeito da análise matemática, melhormente se aplica. Um fenómeno é função de um certo número de variáveis e cada uma destas constitui de alguma forma uma causa, concorre de certa maneira para a origem ou fisionomia do fenómeno. Procuremos as determinantes fortes na relação funcional do fenómeno, visto como é impossível apanhar todas as séries cooparticipantes; e, assim, conseguiremos uma aproximação suficiente da verdade, um nexo ligando o acontecimento que se analisa á alguma das suas causas mais efficientes; e isto, por enquanto, basta, aliás, como já exprimimos. Repetimos a ideia em homenagem á sua excepcional importancia.

Na explicação dos factos históricos, a faceta humana, malgrado as contingências cósmicas que a atingem, revela-se ordinariamente tão importante como a geográfica; e até mesmo, olhada sob certo angulo visual, aparece superior. Realmente, não está no meio fisiográfico a razão de ser do facto histórico; para que um tal facto surja é indispensável que esta ambiência receba algum material humano, que um grupo social venha ocupar determinada área territorial. Torna-se imprescindível um mínimo de energia social, animando certa massa social e que esta se relacione activamente com a terra.

Claro é que, sendo o fenómeno histórico a resultante vectorial, e não escalar, das componentes essenciais — meio cósmico-geográfico, meio social, meio biológico — importa ao historiador que deseja fazer realmente história e não simples narração, crónica ou relatório, determinar previamente a orientação geral de cada uma destas componentes ou funções, definindo-lhes, tão aproximadamente quanto possível, a direcção, o sentido, a extensidade e a intensidade. Quer isto dizer que, dado um acontecimento e verificado ser de facto histórico e não essencialmente ou *stricto sensu* social, devemos pesar a contribuição daqueles factores em extensão e energia, no espaço e no tempo, em direcção e sentido, tanto na fase de incubação como na de desenvolvimento, numa ordem conveniente.

O determinante humano reclama atenções especiais e um certo apuro de análise. Poremos ante a nossa visão, e o mais possível próximo dela, o quadro cósmico, o palco, o espaço geográfico com todas as suas propriedades e estímulos; mas, por outro lado, importa instalar, do mesmo modo, com a maior evidência, a matéria humana, os homens, comparsas e artistas do drama histórico, e examinar com penetração o seu esforço individual ou conjugado, consciente e especialmente inconsciente, de adaptação activa ao ambiente fisiográfico.

Pôr em presença a terra e o homem que a habita, acompanhar miuda, paciente e sinceramente, com espírito científico, as interações dêstes dois polos da história, eis a missão precípua do historiador.

Postos um em face do outro, a terra e o homem, logo vemos que se abrem os braços de larga e fecunda dissimetria; e o natural esforço de simetrização, que se segue imediatamente, é a luta de adaptação mútua, erizada de episódios, de lances trágicos, de imprevistas situações. Se não houvesse esta colisão, esta resistência que vencer, não haveria história. Dominaria o mundo estéril monotonia.

O determinismo humano, muito mais complexo do que o geográfico, reveste aparências múltiplas que se definem, ora na ordem social, colectiva, gregária, presente ou pretérita; ora na ordem individual, singular, bem menos importante, porém, sensivelmente, mais visível e impressionante, mais aparente porém mais ilusória.

No mútuo trabalho de adaptação, a matéria humana modifica-se, ajeita-se às eventualidades e disposições físicas do meio, dentro de certos limites; mas, logo reage. O contínuo e crescente esforço do homem inteligente consegue, por sua vez, remodelar o ambiente agressivo, tornando-o menos hostil, mais acolhedor, mais apto para conter a massa humana. A geografia determina as possibilidades da existência da espécie no espaço e condiciona de algum modo a sua actividade; mas, também, experimenta a acção modeladora deste ser excepcional que progressivamente aprende a ajeitar às suas necessidades importantes acidentes do meio físico, através das suas actividades bioprofilática e sócioprofilática. Esta capacidade do homem fazer geografia manteve-se frustra durante milhares de séculos, mas, de há muito cresce e avulta vertiginosamente, com os aperfeiçoamentos da técnica, mercê do progresso das ciências. Com isto, certos aspectos do meio cósmico se modificam e se atenuam enquanto outros surgem e alguns se activam. Em todos os casos, porém, tais circunstâncias abrem dissimetrias entre os processos adaptativos sociais que determinam e estimulam numerosos e relevantes feitos históricos.

Não percamos de vista que nem só ao meio natural deve o homem se ajustar; tem que amoldar-se ainda ao meio social, mais exigente, activo e complexo, por ele mesmo composto. E este trabalho de adaptação social, conquanto quase inconsciente e por isto mesmo referto de compreensões instintivas é bem mais saliente, dramático e, geralmente, de marcado e decisivo interesse narrativo. Pode-se até sem receios dizer que ele constitui a fonte de onde decorrem os mais remotos e íntimos motivos da fenomenologia histórica. Os factores humanos, pois, se dicotomizam: no ramo individual que dá lugar á concepção fisio-psicológica da história ou antropomorfismo histórico, e no *social*, de onde nasceu a concepção histórico-social que atribui, não a uma causa individual, mas a uma razão colectiva, o motor da história.

Só nos domina o preconceito da verdade.

E tais concepções representam pontos de vista unilaterais; portanto, para nós, estéreis.

O homem isolado não tem significação histórica e em face do grupo gregário é o menos importante dos agentes criadores da história. Entretanto, o grupo social oferece o mais curioso, o mais preponderante factor; mas nenhum acontecimento histórico é exclusivamente social, como já

deixámos referido. Todavia, se não existisse sociedade humana não haveria historia. Realmente, percebe-se que o processo evolutivo social ou de adaptação social é descontínuo, de apreciação estatística, e da falta de harmonia que fatalmente se há de verificar entre as diversas modalidades deste processo (religiosa, moral, estética, intelectual, jurídica, política, económica, etc.), mercê das contingências dos meios, ou em outros termos, do anisotropismo mesológico irregularmente mutável, suídem as dissimetrias geradoras dos fenómenos genuinamente históricos. Se assim não fora, não haveria historia, a falta do material com que construí-la. Existiria apenas um escasso e pouco diferenciado material para justificar a sociologia, uma pobre sociologia de predeterminação facilmente apanhável, monótona, simples. Cousa semelhante a uma colónia de formigas.

Ao considerar o factor individual humano, ha que dirigir as pesquisas com especial cuidado e atenção afim de bem e correctamente joeirar as influências. A análise dos meios, em função dos quais a personalidade se movimenta e actua, é, neste caso, tão importante e essencial quanto difícil. O exame do meio interno de uma personagem histórica, não contemporânea, geralmente, é extremamente penoso, fácil e frequentemente leva a resultados erróneos. E' que falecem mais ou menos os dados precisos a uma análise profunda da personalidade, tanto sob o aspecto somático como sob o aspecto psicológico. Contudo, a investigação no campo psico-analítico, com os recursos actuais da ciência da natureza humana, aplicados com hábil técnica, pode conduzir o estudo a resultados uteis, mesmo em situações relativamente precárias. Hoje, a história tem-se beneficiado muito com as investigações fisio-psíquicas levadas a efeito para a composição de biografias de destacadas personagens.

Já deixámos prever a enorme importancia do conhecimento do meio social e do jogo constante dos processos adaptativos respectivos, para as pesquisas e explicações de factos históricos.

Todo o trabalho empenhado neste sentido é fartamente bem compensado.

Em resumo, o fenómeno historico esboça-se numa tendência pretérita, de ordem humana, pessoal ou mais comumente social. Se as circunstancias de ambiente físico e de meio sócio-histórico permitem, essa tendência muito vaga no começo, vai tomando uma forma que se define progressivamente até se tornar suficientemente perceptível e nítida.

Enfim, no momento oportuno, o fenómeno eclode e avulta sob o estímulo dos agentes que o fizeram nascer: tradição, meio social contemporaneo (em relação ao instante em que se realiza o fenómeno) e, finalmente, meio cósmico. Em vista deste progresso, cabe ao historiador, dado um acontecimento, pressentido um facto, verificar antes de tudo se é de natureza social ou histórica. Neste último caso, procurar com método as suas origens, o seu desenvolvimento, as suas influências sobre outros factos aplicando os princípios estabelecidos pela ciência.

Poderíamos talvez resumir tudo isto dizendo que a intelligência de um fenómeno complicado como são em geral os da história, depende de uma análise que os decomponha em partes elementares simples, de fácil ou immediata compreensão.

Obedecendo a tais preceitos, o investigador da história sente que palmilha terreno bastante firme para ir muito adiante, não se cansa e não

se perde seduzido pelas fantasias que, teimosas, adejam em torno da sua mente excitada pela perquirição obcecante.

Os ciclos históricos no espaço acompanham os ciclos sociais; a dilação especial destes acarreta a daqueles. Elementos humanos, compelidos pelo imperativo dos seus meios próprios, emigram e levam para além das fronteiras o nome da terra natal. Se o processo toma um certo vulto, a projecção dos emigrados, que continuam articulados á terra do berço, se faz sentir no novo meio, podendo criar dissimetrias capazes de permitir a eclosão de fenómenos históricos, possivelmente relacionados com os do ciclo nuclear. Mas, mesmo quando não há emigração de indivíduos humanos, um ciclo social histórico se pode reflectir noutros pelas ideias ou ainda por outros processos eficazes. Os fenómenos decorrentes da influência ou da projecção das actividades cearenses noutros ciclos, de certo, devem ser apreciados devidamente pelo historiador.

Por outro lado, espaços sociais diversos interferem no nosso. Recebemos bons e maus estímulos extraterritoriais que nos vêm criar situações novas ou modificar algumas das que aqui se geraram e se desenvolviam. Dada a grandeza e universalização da cultura, cada dia mais acentuada, podemos considerar como possível uma modificação mais ou menos sensível dos nossos meios internos, intrínsecos, sob a influência de todo o ecúmeno onde gira um ciclo social que já transpõe as raias de uma civilização rudimentar.

Compreendemos assim a necessidade de ir buscar fora do nosso meio geo-social elementos explicativos de certos e importantes acontecimentos históricos. Cumpre-nos acompanhar as relações sociais e antes de tudo históricas até onde elas chegam e interessam os factos essenciais da nossa evolução cultural. Evidentemente, não nos importam as relações entre ciclos sociais que não nos atingem, entre factos que passam ao largo.

O historiador não deve recear a propalada complexidade e variabilidade dos factos históricos, espantallo geralmente exagerado para encobrir a preguiça ou incapacidade do investigador.

A variação da história é cousa muito natural, tanto no tempo como no espaço, por isto que é, realmente, condicionada simultaneamente pela série de funções de muitas variáveis, oriundas do meio social, flutuante; do meio geográfico, mutável no tempo e particularmente no espaço, e dos homens, cujo psiquismo varia consideravelmente em torno de algumas poucas ideias directoras.

O facto do fenómeno histórico não admitir repetições, de ser irreversível, excluir identidades, tem ocasionado erros e lastimável cepticismo de que nos devemos libertar a todo custo.

A história, dizem conspícuos mestres, não pressupondo repetições, mergulha num mar profundo e insondável de desenfreada variabilidade, incompatível com a noção de lei ou de relação necessária entre factos.

Entretanto, se apurarmos a nossa análise, logo veremos que nessa tremenda variabilidade que parece irredutível, algo de uniforme e de fixo ressurge. O plano biológico que modelou a espécie humana deu-lhe certas necessidades comuns que determinam e explicam a uniformidade de muitas instituições e semelhança de várias outras, no mais diverso espaço e tempo, nas mais diversas raças. É certo ainda que o fenómeno histórico encerra, nas suas funções, constantes ou variáveis, que o sujeitam a divagar

dentro de espaços limitados, por vezes, bem definidos e não muito raro relativamente estreitos.

Embora, pois, o carácter individual de cada facto, de cada acontecimento, percebem-se na sua contextura traços indeléveis de semelhança e até de quase identidade com outros semelhantemente condicionados. E' isto perfeitamente natural. Em análise matemática, as funções, mesmo aquelas de muitas variáveis independentes, possuem termos constantes, coeficientes fixos que impõem certas condições, limitam de alguma forma a variabilidade, sujeitando-as a espaços relativamente estreitos, a variações que obedecem sempre os mesmos ritmos, etc.. Dá-se o mesmo em sociologia e em história, as funções de que dependem os respectivos fenómenos, embora de muitas variáveis independentes, oferecem elementos fixos, coeficientes constantes que imprimem certas e determinadas orientações dentro da variação da função principal.

A moderna noção de lei científica difere um pouco do que fora não há muitos anos, perdeu a rigidez de outrora e tomou o aspecto estatístico. As leis sociológicas ou históricas, como as próprios leis físicas, sómente apanham fenómenos em certa escala. No *mare magnum* da variabilidade dos fenómenos, procuramos pegar o que é praticamente constante; uma expressão de constancia dentro da variabilidade.

Não pode haver, consequentemente, motivo para desanimo. Se não conseguimos apanhar completamente as causas de um dado efeito, lograremos, entretanto, uma expressão funcional de correlações que se traduzem em tendências assaz positivas ou em possibilidades que estreitam consideravelmente o campo das explicações.

Apesar, pois, da irreversibilidade da evolução social, malgrado o decepcionante êxito dos ciclos culturais de Spengler; na sua espantosa amálgama de erudição e fantásticas correlações, o problema da previsão da história está plenamente justificado. A história não é um caos de indeterminações, de fortuitos acontecimentos, como também não pode ser esse rodar fatal e simplista, essa perpétua e correlata reprodução de culturas que nascem, que evoluem do mesmo jeito por toda a parte e que morrem sufocadas pelas suas respectivas *civilizações*, como queria esse filósofo-historiador germanico de nossos dias.

Nem tanto e nem tão pouco.

Resulta de quanto vimos lembrando uma certa ordem para a posição dos factos históricos do nosso trabalho. Ao quadro físico e ás molduras propriamente humanas há que seguir o quadro social mais complexo.

Obedecendo a estas ideias foi organizado o nosso programa.

As monografias de n. VIII a XXVI são de carácter francamente analítico e se destinam ao estudo particularizado de todas as grandes manifestações humanas, tomadas, tanto quanto possível, isoladamente, com o fim de facilitar a fixação dos trabalhos. As monografias de n. I a VII estudam o meio físico, o homem e o meio social, através do tempo, numa larga síntese. Estas monografias figuram grandes panoramas que, embora resumidamente e por vezes quase imperceptivelmente, contém os elementos essenciais das primeiras, articulados num sistema racional e didático; valem por ampliações de estruturas que a análise exige tanto mais minuciosa quanto mais cerrada for a trama íntima dos factos aí compreendidos.

A síntese e a análise completam-se no conjunto da obra. Sem uma ou sem outra, a compreensão integral do nosso passado tornar-se-ia lacunosa, incompleta. Não poderíamos conhecer com suficiente exactidão os nossos processos de adaptação ao meio físico e ao meio social, com manifesta inconveniência para a regular elucidação da maneira como presentemente se conduz entre nós o trabalho de conformação social, um dos objectivos axiais do nosso labor.

Com percepção bastante nítida e verdadeira das nossas diretrizes históricas, poderemos racionalmente orientar o nosso comportamento, abrindo e limpando o caminho às tendências que se revelam criadoras e evolutivas, desviando da rota prevista ou sublimando quanto possível as que prometem consequências involutivas.

Sómente tal resultado, mesmo parcialmente logrado, bastaria de certo para pagar régiamente muitas das nossas canseiras e nos traria, a par de uma doce satisfação, justificado orgulho.

A situação caótica, cruenta e trágica do mundo actual é em grande parte decorrente de erros de história, de uma má ou imperfeita interpretação do passado. Daí, a necessidade urgente de uma revisão proibidosa e profunda dos problemas essenciais desta disciplina. A obra que delineamos representa esforço honesto neste sentido, uma modesta e pequena contribuição para tão transcendente imperativo. A ela devemos dar a nossa melhor dedicação, toda a nossa alma.

Embora sejam intuitivas, por ventura desnecessárias e em geral impertinentes as lembranças que ainda desejaria expender, por amor, talvez exagerado, á ordem que o sistema da obra requer, anotaremos algumas das que parecem mais interessantes. Desta rabujice, espero que nos perdoem com o coração largo.

E' lógico que na exposição e comentários dos factos teremos de banir as formas convencionais, os quadros espetaculosos, as expressões pomposas, as frases sem immediata significação, os lugares comuns, o sentido ambíguo, as repetições tautológicas, etc.. O estilo que se recomenda não comporta, naturalmente, muita elevação, há de ser simples, despretencioso e conciso, todavia sem descambar para a fatigante monotonia dos relatórios.

A indicação precisa e clara das fontes onde tenhamos de nos abeberar é recomendação supérflua, mas a necessidade de examinar tais fontes com minudente atenção e espírito crítico não pode ser esquecida.

Sabemos bem que os mais prestigiosos e gabados escritores de uma época, inclusive os historiadores, são justamente aqueles que procuraram com engenho e arte, de boa fé ou solertemente, agradar os seus leitores, dando-lhes belas e magníficas ficções, em vez de realidades cruas e nuas. Aqueles que mostraram a face boa e belá dos acontecimentos e ocultaram cuidadosamente o reverso, muita vez sombrio e triste, quase sempre decepcionante. Isto é muito humano e tem explicação lógica em psicologia.

Mas, por outro lado, cumpre estejamos alerta quanto a certas fraquezas que por vezes nos assaltam insidiosamente, independentemente da nossa vontade e não raro inconscientemente, fraquezas que poderiam, em dada emergência, prejudicar a cristalina limpidez dos nossos trabalhos. Estamos indubitavelmente sujeitos a passageiras exaltações, a recrudescên-

cias momentaneas da nossa sensibilidade poética, a intempestiva e vária imaginação, a uma extraordinária tensão nervosa capaz de obumbrar o senso crítico, a crises insólitas de aéreas fantasias, a uma inexplicável depressão de nervos, a emoções exageradas ou altamente inibidoras, etc., ou a qualquer outra inconveniente alteração psíquica provocada, como aquelas, por certas leituras impressionantes, por alguma notícia repentina demasiadamente alegre ou triste, por qualquer acontecimento íntimo de efeitos depressivos ou exaltantes, senão por uma insólita perturbação funcional do aparelho digestivo ou glandular interno. Não há quem esteja isento destes percalços, mas, deles prevenidos, é possível, geralmente, que possamos preservar o nosso trabalho das suas consequências.

Na deficiência de informações que esclareçam a compreensão dos factos é o seu lógico encadeiamento, deixaremos as lacunas abertas, porém, precisaremos com o possível rigor os seus limites.

Importa ainda consignar as hipóteses que tomaram vulto e apreciá-las à luz dos factos conhecidos. Finalmente, não será mal que formulemos, também, novas hipóteses desde que as possamos escudar vigorosas em elementos certos, definitivos. As hipóteses novas, com cuja responsabilidade tenhamos de arcar, pedem atenções especiais. Não existem regras que fixem a orientação precisa de hipóteses científicas; entretanto podemos contar com alguns princípios gerais que estabelecem umas tantas limitações úteis, por isto que opõem barreiras intransponíveis à onda assoberbante das fantasias. O princípio de simetria, descoberto pelo físico Curie, é um destes; outro, é o de Meyer, ou da conservação, transporte e transformação da energia. Também nos pode ser útil o princípio de inércia na vida social, sobretudo com a moderna noção da inércia da energia.

Controlar qualquer hipótese que devamos formular com estes princípios é submetê-la a severas verificações que dão a medida do seu valor, o grau da sua perfeição ou a razão da sua imprestabilidade.

Em poucas palavras — o que deseja o INSTITUTO é uma exaustiva *historiografia cearense*, tanto quanto possível explicada, criteriosa e sólidamente ligada à terra. Quer uma hábil ressurreição da vida passada, uma justificação sistemática e expressiva, embora nem sempre acabada, mas sincera, da conduta do agregado humano que ocupou, se instalou e se desenvolveu na gleba cearense. Quer uma inteligência lúcida das nossas actividades pretéritas.

A carga que o INSTITUTO resolveu, com coragem e belo espírito de sadio patriotismo, levar aos ombros, é realmente pesada, mas não supera às nossas forças. A tarefa é árdua, porém, o INSTITUTO conta com os elementos suficientes e valiosos para conduzi-la a bom termo. Da indiscutível competência, da provada sinceridade e da patriótica dedicação de todos os seus sócios, sem excepção, espera o INSTITUTO (é com ele o Ceará) o pleno e pronto êxito da obra, êxito condicente com o critério que esta instituição cultural soube grangear no seio das suas congéneres do País e até do estrangeiro, numa faina que já transpôs meio século de honrosa e proibida existência.

Não nos é permitido interromper a cadeia de trabalhos relativos à história deste Estado e nem partir a linha de exemplar conduta que os nossos antecessores nos legaram. Cumpre deixar aos pósteros o mesmo edificante exemplo de amor e dedicação aos objectivos que nos congregam aqui.

Recebemos deles, dos que nos precederam nesta casa, um material enorme que temos a obrigação moral de tornar maior e de manipular, aperfeiçoando-lhe a forma, para passar, oportunamente, aos que nos sucederem, mais volumoso e, sobretudo, melhor.

RELAÇÃO DAS MONOGRAFIAS

- 1 — Introdução.
- 2 — O quadro-físico e social e a sua evolução:
 - a) O cenário actual;
 - b) O cenário pré-colonial;
 - c) O cenário social através do tempo.
- 3 — A prehistória, isto é, a história anterior às primeiras influências europeias.
- 4 — A proto-história ou a história pré-colonial (das primeiras manifestações europeias às primeiras explorações frustradas da terra).
- 5 — A história colonial.
- 6 — A história sob o regime monárquico.
- 7 — A história sob o regime republicano.
- 8 — A história genealógica — Genealogia das principais famílias cearenses, dados relativos às principais personalidades. Biografias.
- 9 — A história do povoamento. História territorial.
- 10 — A história toponímica. Toponímia, suas origens e evolução.
- 11 — A história da administração pública.
- 12 — A história económica.
- 13 — A história eclesiástica.
- 14 — A história judiciária.
- 15 — A história militar.
- 16 — A história sanitária.
- 17 — A história das ciências e da cultura.
- 18 — A história da literatura.
- 19 — A história da literatura oral — Folklore. Usos e Costumes.
- 20 — A história das artes (Belas-artes).
- 21 — A história bibliográfica e do jornalismo.
- 22 — A história da instrução e da educação — pública e particular.
- 23 — A história das secas.
- 24 — A história do banditismo e do fanatismo.
- 25 — A história financeira.
- 26 — Evolução filológica.

Este trabalho é da autoria do dr. Pompeu Sobrinho.
Antes de ser eleito presidente do Instituto, tivera o dr. Pompeu opor-

tunidade de tractar do assunto referente a uma *História do Ceará*, exaustivamente elaborada e subdividida em tantas Monografias quantas necessárias.

Na sessão de 21 de Novembro de 1938, já ocupando o cargo, ele propôs que o Instituto reatasse o exame da sua proposta, sendo, então, adiada a apreciação da matéria, para que recebesse novas sugestões. Repetiu o pedido na sessão de 5 de Dezembro seguinte, mas ainda desta vez se adia a solução. Afinal, na sessão de 20 do mesmo mês, é lido seu "esboço de projecto" orientador do trabalho, que Martinz de Aguiar propõe seja adoptado como programa definitivo.

Passa-se o tempo e o caso volta a ser discutido em sessão realizada a 21 de Julho de 1941. Nas sessões posteriores, de 4 e 20 de Agosto, pode ele ler e explicar o seu *Plano* já definitivamente estruturado e que se consubstancia no Programa ora dado á publicidade.

Muitas das várias Monografias componentes da obra já se acham confiadas a consócios do Instituto, que aceitaram a incumbência. Outros não o puderam fazer por motivo superior indiscutível.

Dessas mesmas Monografias duas já foram publicadas: — "Proto-história Cearense", da autoria de Pompeu Sobrinho, e "História Económica do Ceará", de Raimundo Girão. Estão concluídas a "História da Literatura Cearense" (1º volume), de Dolor Barreira, e "História Militar do Ceará", de Eusébio de Sousa. Ambas, dentro de curto prazo, entrarão para o prelo.

E conforta dizer que não muito remotamente o Instituto contará com outros trabalhos, desta natureza, visto que diversos consócios se acham entregues, valentemente, ao preparo de suas tarefas.